# Sumário

## DOUTRINA

ARTIGOS

O sistema da dupla regulação e o papel das agências na regulação primária
**Bruno Veloso de Mesquita** ..... 9

1 Introdução ..... 9
2 Dupla regulação ..... 11
2.1 Regulação por contrato e regulação por agência ..... 11
2.2 Regulação primária ..... 13
2.3 Regulação secundária ..... 20
2.4 Objetivos e vantagens da dupla regulação. ..... 23

3 Papel do concedente e do regulador ..... 25
4 Conclusões ..... 33
Referências ..... 34

Tradição e inovação no Direito Administrativo e o exemplo do novel arrendamento privado do setor portuário
**Daniel Bento Duarte** ..... 37

I Introdução ..... 38
II Tradição e inovação no Direito Administrativo ..... 40
III Recíprocas e contínuas interrelações entre a parte geral e a parte especial do Direito Administrativo. ..... 43
IV Regulação dos portos à luz da CF/88 ..... 46
IV.1 O novel arrendamento de direito privado, a subcontratação e a subconcessão..... 50
V Conclusão e potenciais consequências da novidade ..... 55
Referências ..... 58

Exploração econômica de espaços públicos para usos de curta duração: uma proposta de política pública
**Denis Moreira Monassa Martins** ..... 63

I Introdução ..... 63
II Base normativa..... 65
III Experiências de entes federativos. Diagnóstico dos problemas..... 66
IV Proposição de um novo modelo: uma política de exploração de espaços públicos 68
IV.1 Licitação formal e licitação permanente. Ampliação da publicidade do procedimento em portal digital. Faculdade de apresentação de propostas a qualquer tempo e para qualquer espaço ..... 69
IV.2 Espaços públicos da Administração direta, autárquica e fundacional a explorar. Bens intangíveis. Usos que não a ocupação física ..... 73
IV.3 Requisitos: habilitação, obrigações e restrições de uso. Estabelecimento de um fluxo de análise ..... 74
IV.4 Contrapartida. Precificação dos ativos. Formas de pagamento alternativas ao dinheiro..... 75
V Conclusão ..... 77

L'Interrégulation dans l'État Federal Brésilien: Enjeux et Modalites
**Juliana Cristina Luvizotto** ..... 79

Introduction ..... 79
1 L'Interrégulation ..... 87
2 L'Interrégulation dans le Contexte Brésilien ..... 93
2.1 La Coopération entre les Agences de Régulation Sectorielles ..... 97
2.2 La Coopération entre les Agences de Régulation et l'Autorité de la Concurrence ..... 99
2.3 Les Agences de Régulation Intersectorielles ..... 104
Conclusion ..... 105
Bibliographie ..... 110

Poder supranacional e o alargamento de competências: o Nord Stream 2 como fio condutor
**Luís Felipe Borges Taveira** ..... 115

Introdução ..... 115
1 Da normatização europeia sobre o mercado de gás natural ..... 118
2 Da judicialização do conflito ..... 126
3 Do poder supranacional: expansão ou mero exercício de atribuições? ..... 131
Considerações finais ..... 141
Referências ..... 142

A Prestação Regionalizada do Serviços Públicos no Saneamento Básico, Intersetorialidade e Atuação Coordenada na Perspectiva do Federalismo Cooperativo
**Nathália Pereira Menezes** ..... 147

1 Introdução ..... 147
2 Contexto histórico do setor até a Constituição Federal de 1988 ..... 148
3 Evolução legislativa e regulatória até a alteração do Marco Legal do Saneamento pela Lei nº 14.026/2020 ..... 150
4 Breves considerações sobre as alterações promovidas pela Lei nº 14.026/2020 154
5 Os desafios do saneamento na perspectiva do federalismo cooperativo e a prestação regionalizada dos serviços ..... 156
6 A prestação regionalizada e o fomento à atuação coordenada, à intersetorialidade e ao diálogo institucional ..... 158
Considerações finais ..... 162
Referências ..... 163

A proteção de dados nas empresas estatais e o regime de responsabilização à luz do direito administrativo sancionador
**Rafael Carvalho Rezende Oliveira**, **Jéssica Acocella** ..... 165

1 Introdução ..... 165
2 A Administração Pública no cenário da LGPD ..... 167
3 A aplicação da LGPD no tratamento de dados pessoais das empresas estatais e seu regime jurídico misto ..... 171
4 A proteção de dados pessoais na LGPD e na LAI ..... 176
5 O papel dos agentes das empresas estatais no tratamento de dados pessoais e o respectivo regime de responsabilização à luz das novas tendências do Direito Administrador Sancionador ..... 179
5.1 A atuação dos agentes das estatais no tratamento de dados pessoais ..... 179
5.2 A importância de ferramentas de governança: atribuição de deveres e responsabilidades no tratamento de dados pessoais ..... 183

5.3 Uma proposta de regime de responsabilização dos agentes das estatais por violação dos deveres funcionais relacionados ao tratamento de dados, à luz das novas tendências do Direito Administrativo Sancionador ..... 185
6 Conclusão ..... 188
Referências ..... 189

[Meta]Regulação Minerária: a interferência do Tribunal de Contas da União sobre a Agência Nacional de Mineração
**Rosinaldo Sampaio Lobato Junior** ..... 191
Introdução ..... 191
1 Regulação minerária no Brasil ..... 192
2 O Tribunal de Contas da União ..... 201
3 A interferência do TCU na regulação minerária ..... 204
Conclusão ..... 229

Intervenção do Estado no Domínio Econômico: Inaplicação da teoria da discricionariedade administrativa na fixação de preços de combustíveis em valor inferior ao custo de aquisição
**Sérgio Guerra** ..... 235
Introdução ..... 235
1 A greve dos caminhoneiros de 2018 e as medidas governamentais adotadas para o enfrentamento da crise sistêmica e de dimensão nacional ..... 237
1.1 A edição da Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, para a criação de subvenção econômica do óleo diesel ..... 238
1.2 O Projeto de Lei de Conversão nº 23/2018, da Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018 ..... 240
1.3 A edição da Lei nº 13.723, de 04 de outubro de 2018, e a materialização do direito de distribuidores a ressarcimento por meio de subvenção econômica destinada à comercialização de óleo diesel ..... 244
1.4 A regulamentação presidencial parcial da Lei nº 13.723, de 04 de outubro de 2018 ..... 246
1.5 A intervenção governamental por norma de indução e a determinação de prazo para a regulamentação ..... 248
1.6 A impropriedade do enquadramento da função regulamentar prevista no art. 10 da Lei nº 13.723, de 04 de outubro de 2018, na discricionariedade administrativa ..... 250
1.6.1 A interpretação do art. 10 da Lei nº 13.723, de 04 de outubro de 2018, de acordo com os preceitos da Ordem Econômica e à luz dos princípios do Direito Econômico e da função regulatória ..... 251
2 As consequências jurídicas da conduta de agentes do Governo Federal em relação ao direito dos distribuidores de combustíveis ..... 258
2.1 Conduta comissiva de agentes públicos na intervenção por norma de indução ..... 258
2.2 A conduta omissiva do Chefe do Poder Executivo pela ausência de regulamentação de dispositivo da Lei nº 13.723, de 04 de outubro de 2018 ..... 260
2.2.1 O não cumprimento do prazo legal para regulamentação do art. 10 da Lei nº 13.723, de 04 de outubro de 2018 ..... 261
2.2.2 Os efeitos jurídicos da ausência de regulamentação presidencial no detalhamento da política de compensação financeira aos distribuidores ..... 262
2.2.3 O impacto decorrente da omissão do Chefe do Poder Executivo sobre as atividades da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP ..... 263
3 A responsabilidade civil da União Federal pelos prejuízos financeiros causados aos distribuidores de combustíveis pela intervenção do Estado no domínio econômico ..... 264

Conclusão ..... 268
Referências ..... 271

Instruções para os autores..... 273